



PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENO BRANDÃO
ESTÂNCIA CLIMÁTICA E HIDROMINERAL
CNPJ: 18.940.098/0001-22

LEI N.º 2.264, de 10 de julho de 2019.

“Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2020 e dá outras providências”.

A Câmara Municipal de Bueno Brandão, Estado de Minas Gerais, aprovou e eu Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Disposições Preliminares

Art. 1º São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no artigo 165, § 2º, da Constituição da República, e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária do exercício financeiro de 2020, compreendendo:

- I – as metas e prioridades da Administração Pública Municipal;
- II – orientações básicas para elaboração da lei orçamentária anual;
- III – disposições sobre a política de pessoal e serviços extraordinários;
- IV – disposições sobre a receita e alterações na legislação tributária do Município;
- V – equilíbrio entre receitas e despesas;
- VI – critérios e formas de limitação de empenho;
- VII – normas relativas ao controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENO BRANDÃO
ESTÂNCIA CLIMÁTICA E HIDROMINERAL
CNPJ: 18.940.098/0001-22

VIII – condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;

IX – autorização para o Município auxiliar o custeio de despesas atribuídas a outros entes da federação;

X – parâmetros para a elaboração da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso;

XI – definição de critérios para início de novos projetos;

XII – definição das despesas consideradas irrelevantes;

XIII – incentivo à participação popular;

XIV – as disposições gerais.

Seção I

Das Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal

Art. 2º Em consonância com o disposto no art. 165, § 2º, da Constituição da República, atendidas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal do Município, as ações relativas à manutenção e funcionamento dos órgãos da administração direta e das entidades da administração indireta, as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2020, correspondem às ações especificadas no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei, de acordo com os programas e ações estabelecidos no Plano Plurianual relativo ao período de 2018–2021, as quais terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária de 2020 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§1º O projeto de lei orçamentária para 2020 deverá ser elaborado em consonância com as metas e prioridades estabelecidas na forma do caput deste artigo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENO BRANDÃO
ESTÂNCIA CLIMÁTICA E HIDROMINERAL
CNPJ: 18.940.098/0001-22

§2º O projeto de lei orçamentária para 2020 conterá demonstrativo da observância das metas e prioridades estabelecidas na forma do caput deste artigo.

Seção II

Das Orientações Básicas para Elaboração da Lei Orçamentária Anual

Subseção I

Das Diretrizes Gerais

Art. 3º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas por funções, subfunções, programas, atividades, projetos, operações especiais, de acordo com as codificações da Portaria SOF nº 42/1999, da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e da Lei do Plano Plurianual relativo ao período 2018-2021.

Art. 4º O orçamento fiscal de investimentos discriminará a despesa, no mínimo, por elemento de despesa, conforme artigo 15 da Lei nº 4.320/64.

Art. 5º O orçamento fiscal e de investimentos compreenderão a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias, fundações, empresas públicas dependentes, e demais entidades em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que recebam recursos do Tesouro Municipal.

Art. 6º O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal será constituído de:

I – texto da lei;

II – documentos referenciados nos artigos 2º e 22 da Lei nº 4.320/1964;

III – quadros orçamentários consolidados;

IV – anexo do orçamento fiscal discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENO BRANDÃO
ESTÂNCIA CLIMÁTICA E HIDROMINERAL
CNPJ: 18.940.098/0001-22

V – demonstrativos e documentos previstos no artigo 5º da Lei Complementar nº 101/2000;

VI – anexo do orçamento de investimento a que se refere o artigo 165, § 5º, inciso II, da Constituição da República, na forma definida nesta Lei.

Parágrafo único. Acompanharão a proposta orçamentária, além dos demonstrativos exigidos pela legislação em vigor, definidos no caput, os seguintes demonstrativos:

I – demonstrativo da receita corrente líquida, de acordo com o artigo 2º, inciso IV da Lei Complementar nº 101/2000;

II – demonstrativo dos recursos a serem aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino e no ensino fundamental, para fins do atendimento do disposto no artigo 212 da Constituição da República e no artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

III – demonstrativo dos recursos a serem aplicados no FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos profissionais da Educação, para fins do atendimento ao artigo 60 do ADCT, com as alterações introduzidas pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e respectiva Lei nº 11.494/2007;

IV – demonstrativo dos recursos a ser aplicado nas ações e serviços públicos de saúde, para fins do atendimento ao disposto na Emenda Constitucional nº 29/2000;

V – demonstrativo da despesa com pessoal, para fins do atendimento do disposto no artigo 169 da Constituição da República e na Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 7º A estimativa da receita e a fixação da despesa constantes do projeto de lei orçamentária de 2020 serão elaboradas a valores correntes do exercício de 2019, projetados ao exercício a que se refere.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENO BRANDÃO
ESTÂNCIA CLIMÁTICA E HIDROMINERAL
CNPJ: 18.940.098/0001-22

Parágrafo único. O projeto de lei orçamentária atualizará a estimativa da margem de expansão das despesas, considerando os acréscimos de receitas resultantes do crescimento da economia e da evolução de outras variáveis que impliquem aumento da base de cálculo, bem como de alterações na legislação tributária, devendo ser garantidas, no mínimo, as metas de resultado primário e nominal estabelecidas nesta Lei.

Art. 8º O Poder Executivo colocará à disposição do Poder Legislativo, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de sua proposta orçamentária, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Parágrafo único. As entidades da Administração Indireta e o Poder Legislativo, se for o caso, encaminharão ao Órgão Central de Contabilidade do Poder Executivo, até 15 dias antes do prazo definido no caput, os estudos e as estimativas das suas receitas orçamentárias para o exercício subsequente e as respectivas memórias de cálculo, para fins de consolidação da receita municipal.

Art. 9º O Poder Legislativo e as entidades da Administração Indireta encaminharão ao Órgão Central de Contabilidade do Poder Executivo, até 15 de setembro de 2019, suas respectivas propostas orçamentárias, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária.

Art. 10. Na programação da despesa não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos, de forma a evitar o comprometimento do equilíbrio orçamentário entre a receita e a despesa.

Art. 11. A lei orçamentária discriminará, nos órgãos da administração direta e nas entidades da administração indireta responsáveis pelo débito, as dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição da República.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENO BRANDÃO
ESTÂNCIA CLIMÁTICA E HIDROMINERAL
CNPJ: 18.940.098/0001-22

§1º Para fins de acompanhamento, controle e centralização, os órgãos da administração direta e as entidades da administração indireta submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da Procuradoria do Município.

§2º Os recursos alocados para os fins previstos no caput deste artigo não poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outra finalidade, exceto no caso de saldo orçamentário remanescente ocioso.

Subseção II

Das Diretrizes Específicas do Orçamento de Investimento

Art. 12. O orçamento de investimento, previsto no artigo 165, § 5º, inciso II da Constituição da República, será apresentado para cada empresa em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Parágrafo único. O detalhamento das fontes de financiamento do investimento de cada entidade referida neste artigo será feito de forma a evidenciar os recursos:

I – gerados pela empresa;

II – oriundos de transferências do Município;

III – oriundos de operações de crédito internas e externas;

IV – de outras origens, que não as compreendidas nos incisos anteriores.

Subseção III

Das Disposições Relativas à Dívida e ao Endividamento Público Municipal

Art. 13. A administração da dívida pública municipal interna e/ou externa tem por objetivo principal minimizar custos, reduzir o montante da dívida pública e viabilizar fontes alternativas de recursos para o Tesouro Municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENO BRANDÃO
ESTÂNCIA CLIMÁTICA E HIDROMINERAL
CNPJ: 18.940.098/0001-22

§1º Deverão ser garantidos na lei orçamentária os recursos necessários para pagamento da dívida.

§2º O Município, por meio de seus órgãos e entidades, subordinar-se-á às normas estabelecidas na Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, que dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária, em atendimento ao disposto no artigo 52, incisos VI e IX, da Constituição da República.

Art. 14. Na lei orçamentária para o exercício de 2020, as despesas com amortização, juros e demais encargos da dívida serão fixadas com base nas operações contratadas.

Art. 15. A lei orçamentária poderá conter autorização para contratação de operações de crédito pelo Poder Executivo, a qual ficará condicionada ao atendimento das normas estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000 e na Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

Art. 16. A lei orçamentária poderá conter autorização para a realização de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária, desde que observado o disposto no artigo 38 da Lei Complementar nº 101/2000 e atendidas às exigências estabelecidas na Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

Subseção IV

Da Definição de Montante e Forma de Utilização da Reserva de Contingência

Art. 17. A lei orçamentária conterà reserva de contingência constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal e será equivalente a, no máximo, 1,00% (um por cento) da receita corrente líquida prevista na proposta orçamentária de 2020, destinada ao atendimento de passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos e reforço das dotações orçamentárias que se tornarem insuficientes.

Seção III

Da Política de Pessoal e dos Serviços Extraordinários



PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENO BRANDÃO
ESTÂNCIA CLIMÁTICA E HIDROMINERAL
CNPJ: 18.940.098/0001-22

Subseção I

Das Disposições Sobre Política de Pessoal e Encargos Sociais

Art. 18. Para fins de atendimento ao disposto no artigo 169, § 1º, inciso II, da Constituição da República, observado o inciso I do mesmo parágrafo, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões, contratações de pessoal a qualquer título, desde que observado o disposto nos artigos 15, 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

§1º Além de observar as normas do caput, no exercício financeiro de 2020, as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo deverão atender as disposições contidas nos artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000.

§2º Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no artigo 19 da Lei Complementar nº 101/2000, serão adotadas as medidas de que tratam os §§ 3º e 4º do artigo 169 da Constituição da República.

Subseção II

Da Previsão para Contratação Excepcional de Horas Extras

Art. 19. Se durante o exercício de 2020 a despesa com pessoal atingir o limite de que trata o parágrafo único do artigo 22 da Lei Complementar nº 101/2000, o pagamento da realização de serviço extraordinário somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevante interesse público que enseje situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário para atender as situações previstas no caput deste artigo no âmbito do Poder Executivo é de exclusiva competência do Prefeito Municipal e no âmbito do Poder Legislativo é de exclusiva competência da Presidente da Câmara.

Seção IV

Das Disposições Sobre a Receita e Alterações na Legislação Tributária do Município



PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENO BRANDÃO
ESTÂNCIA CLIMÁTICA E HIDROMINERAL
CNPJ: 18.940.098/0001-22

Art. 20. A estimativa da receita que constará do projeto de lei orçamentária para o exercício de 2020, com vistas à expansão da base tributária e consequente aumento das receitas próprias, contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, dentre as quais:

I – aperfeiçoamento do sistema de formação, tramitação e julgamento dos processos tributário-administrativos, visando à racionalização, simplificação e agilização;

II – aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização, cobrança e arrecadação de tributos, objetivando a sua maior exatidão;

III – aperfeiçoamento dos processos tributário-administrativos, por meio da revisão e racionalização das rotinas e processos, objetivando a modernização, a padronização de atividades, a melhoria dos controles internos e a eficiência na prestação de serviços;

IV – aplicação das penalidades fiscais como instrumento inibitório da prática de infração da legislação tributária.

Art. 21. A estimativa da receita de que trata o artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, com destaque para:

I – atualização da planta genérica de valores do Município;

II – revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamentos, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;

III – revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENO BRANDÃO
ESTÂNCIA CLIMÁTICA E HIDROMINERAL
CNPJ: 18.940.098/0001-22

IV – revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;

V – revisão da legislação aplicável ao Imposto sobre Transmissão Intermédios de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;

VI – instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição;

VII – revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia;

VIII – revisão das isenções dos tributos municipais objetivando atender o interesse público e a justiça fiscal;

IX – instituição, por lei específica, da Contribuição de Melhoria com a finalidade de tornar exequível a sua cobrança;

X – a instituição de novos tributos ou a modificação em decorrência de alterações legais daqueles já instituídos.

Art. 22. O projeto de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária somente será aprovado se atendidas às exigências do artigo 14 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 23. Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária que estejam em tramitação na Câmara Municipal.

§1º Caso as alterações propostas não sejam aprovadas, ou seja, parcialmente, de forma a não permitir a integralização dos recursos esperados, as dotações à conta das referidas receitas serão canceladas, mediante decreto, nos 30 (trinta) dias subsequentes à publicação do projeto de lei orçamentária de 2020.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENO BRANDÃO
ESTÂNCIA CLIMÁTICA E HIDROMINERAL
CNPJ: 18.940.098/0001-22

§2º No caso de não aprovação das propostas de alteração previstas no caput, poderá ser efetuada a substituição das fontes condicionadas por excesso de arrecadação de outras fontes, inclusive de operações de crédito, ou por superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, antes do cancelamento previsto no § 1º deste artigo.

Seção V

Do Equilíbrio Entre Receitas e Despesas

Art. 24. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária do exercício de 2020 serão orientadas no sentido de alcançar o superávit primário necessário para garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal, conforme discriminado no Anexo de Metas Fiscais constante desta Lei.

Art. 25. Os projetos de lei que impliquem em diminuição de receita ou aumento de despesa do Município no exercício de 2020 deverão estar acompanhados de demonstrativos que discriminem o montante estimado da diminuição da receita ou do aumento da despesa, para cada um dos exercícios compreendidos no período de 2020, 2021 e 2022, demonstrando a memória de cálculo respectiva.

Parágrafo único. Não será aprovado projeto de lei que implique em aumento de despesa sem que esteja acompanhado das medidas definidas nos artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 26. As estratégias para busca ou manutenção do equilíbrio entre as receitas e despesas poderão levar em conta as seguintes medidas:

I – elevação das receitas:

a) implementação das medidas previstas nos artigos 20 e 21 desta Lei;

b) atualização e informatização do cadastro imobiliário;

c) chamamento geral dos contribuintes inscritos na Dívida Ativa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENO BRANDÃO
ESTÂNCIA CLIMÁTICA E HIDROMINERAL
CNPJ: 18.940.098/0001-22

II – para redução das despesas:

a) utilização da modalidade de licitação denominada pregão e implantação de rigorosa pesquisa de preços, de forma a reduzir custos de toda e qualquer compra e evitar a cartelização dos fornecedores;

b) revisão geral das gratificações concedidas aos servidores.

Seção VI

Dos Critérios e Formas de Limitação de Empenho

Art. 27. Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do artigo 9º e no inciso II do § 1º do artigo 31 da Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, calculada de forma proporcional à participação dos Poderes no total das dotações iniciais constantes da lei orçamentária de 2020, utilizando para tal fim as cotas orçamentárias e financeiras.

§1º Excluem-se da limitação prevista no caput deste artigo:

I – as despesas com pessoal e encargos sociais;

II – as despesas com benefícios previdenciários;

III – as despesas com amortização, juros e encargos da dívida;

IV – as despesas com PASEP;

V – as despesas com o pagamento de precatórios e sentenças judiciais;

VI – as demais despesas que constituam obrigação constitucional e legal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENO BRANDÃO
ESTÂNCIA CLIMÁTICA E HIDROMINERAL
CNPJ: 18.940.098/0001-22

§2º O Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira, conforme proporção estabelecida no caput deste artigo.

§3º Os Poderes Executivo e Legislativo, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, emitirão e publicarão ato próprio estabelecendo os montantes que caberão aos respectivos órgãos e entidades na limitação do empenho e da movimentação financeira.

§4º Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita não será suficiente para garantir o equilíbrio das contas públicas, adotar-se-ão as mesmas medidas previstas neste artigo.

Seção VII

Das Normas Relativas ao Controle de Custos e Avaliação dos Resultados dos Programas Financiados com Recursos dos Orçamentos

Art. 28. O Poder Executivo realizará estudos visando a definição de sistema de controle de custos e a avaliação do resultado dos programas de governo.

Art. 29. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

§1º A lei orçamentária de 2020 e seus créditos adicionais deverão agregar todas as ações governamentais necessárias ao cumprimento dos objetivos dos respectivos programas, sendo que as ações governamentais que não contribuírem para a realização de um programa específico deverão ser agregadas num programa denominado "Apoio Administrativo" ou de finalidade semelhante.

§2º Merecerá destaque o aprimoramento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, por intermédio da modernização dos instrumentos de planejamento, execução, avaliação e controle interno.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENO BRANDÃO
ESTÂNCIA CLIMÁTICA E HIDROMINERAL
CNPJ: 18.940.098/0001-22

§3º O Poder Executivo promoverá amplo esforço de redução de custos, otimização de gastos e reordenamento de despesas do setor público municipal, sobretudo pelo aumento da produtividade na prestação de serviços públicos e sociais.

Seção VIII

Das Condições e Exigências para Transferências de Recursos a Entidades Públicas e Privadas

Art. 30. É vedada a inclusão na lei orçamentária e em seus créditos adicionais de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica que sejam destinadas:

I – às entidades que prestem atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação ou cultura;

II – às entidades sem fins lucrativos que realizem atividades de natureza continuada;

III – às entidades que tenham sido declaradas por lei como de utilidade pública.

Parágrafo único. Para se habilitar ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de regular funcionamento, emitida no exercício de 2020 por, no mínimo, uma autoridade local, e comprovante da regularidade do mandato de sua diretoria.

Art. 31. É vedada a inclusão na lei orçamentária e em seus créditos adicionais de dotações a título de auxílios e contribuições para entidades públicas e/ou privadas, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica e desde que sejam:

I – de atendimento direto e gratuito ao público, voltadas para as ações relativas ao ensino, saúde, cultura, assistência social, agropecuária e de proteção ao meio ambiente;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENO BRANDÃO
ESTÂNCIA CLIMÁTICA E HIDROMINERAL
CNPJ: 18.940.098/0001-22

II – associações ou consórcios intermunicipais, constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente instituídos e signatários de contrato de gestão com a administração pública municipal e que participem da execução de programas municipais.

Art. 32. É vedada a inclusão na lei orçamentária e em seus créditos adicionais de dotações a título de contribuições para entidades privadas de fins lucrativos, ressalvadas as instituídas por lei específica, no âmbito do Município que sejam destinadas aos programas de desenvolvimento industrial.

Art. 33. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotação para a realização de transferência financeira a outro ente da federação, exceto para atender as situações que envolvam claramente ao atendimento de interesses locais observadas as exigências do artigo 25 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 34. As entidades beneficiadas com os recursos públicos previstos nesta Seção, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo com a finalidade de verificar o cumprimento dos objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 35. As transferências de recursos às entidades previstas nos artigos 30 a 33 desta Seção deverão ser precedidas da aprovação de plano de trabalho e da celebração de convênio, termo de fomento ou termo de colaboração, devendo ser observadas na elaboração de tais instrumentos as exigências do art. 116 da Lei nº 8.666/1993, ou de outra Lei que vier substituí-la ou alterá-la. Também devendo ser observada a Lei 13.019 de 31 de julho de 2014.

§1º Compete ao órgão ou entidade concedente o acompanhamento da realização do plano de trabalho executado com recursos transferidos pelo Município.

§2º É vedada a celebração de convênio com entidade em situação irregular com o Município, em decorrência de transferência feita anteriormente.

§3º Excetuam-se do cumprimento dos dispositivos legais a que se refere o caput deste artigo as caixas escolares da rede pública municipal de ensino que recebe-



PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENO BRANDÃO
ESTÂNCIA CLIMÁTICA E HIDROMINERAL
CNPJ: 18.940.098/0001-22

rem recursos diretamente do Governo Federal por meio do PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola.

Art. 36. É vedada a destinação na lei orçamentária e em seus créditos adicionais de recursos para diretamente cobrir necessidades de pessoas físicas, ressalvadas as que atendam as exigências do artigo 26 da Lei Complementar nº 101/2000 e sejam observadas as condições definidas na lei específica.

Parágrafo único. As normas do caput deste artigo não se aplicam a ajuda a pessoas físicas custeadas pelos recursos do Sistema Único de Saúde.

Art. 37. A transferência de recursos financeiros de uma entidade para outra, inclusive da Prefeitura Municipal para as entidades da Administração Indireta e para a Câmara Municipal fica limitada ao valor previsto na lei orçamentária anual e em seus créditos adicionais.

Parágrafo único. O aumento da transferência de recursos financeiros de uma entidade para outra somente poderá ocorrer mediante prévia autorização legislativa, conforme determina o artigo 167, inciso VI da Constituição da República.

Seção IX

Da Autorização para o Município Auxiliar no Custeio de Despesas de Competência de Outros Entes da Federação

Art. 38. É permitida a inclusão na lei orçamentária e em seus créditos adicionais de dotações para que o Município contribua para o custeio de despesas de competência de outro ente da federação, desde que autorizadas mediante lei específica e que sejam destinadas ao atendimento das situações que envolvam claramente o interesse local.

Parágrafo único. A realização da despesa definida no caput deste artigo deverá ser precedida da aprovação de plano de trabalho e da celebração de convênio, de acordo com o artigo 116 da Lei nº 8.666/1993.

Seção X



PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENO BRANDÃO
ESTÂNCIA CLIMÁTICA E HIDROMINERAL
CNPJ: 18.940.098/0001-22

Dos Parâmetros para a Elaboração da Programação Financeira e do Cronograma Mensal de Desembolso.

Art. 39. O Poder Executivo estabelecerá por ato próprio, até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de 2020, as metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, respectivamente, nos termos dos artigos 13 e 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

§1º Para atender ao caput deste artigo, as entidades da administração indireta e o Poder Legislativo encaminharão ao Órgão Central de Contabilidade do Município, até 15 (quinze) dias após a publicação da lei orçamentária de 2020, os seguintes demonstrativos:

I – as metas mensais de arrecadação de receitas, de forma a atender o disposto no artigo 13 da Lei Complementar nº 101/2000;

II – a programação financeira das despesas, nos termos do artigo 8º da Lei Complementar nº 101/2000;

III – o cronograma mensal de desembolso, incluídos os pagamentos dos restos a pagar, nos termos do artigo 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

§2º O Poder Executivo deverá dar publicidade às metas bimestrais de arrecadação, à programação financeira e ao cronograma mensal de desembolso através do órgão oficial de publicação do Município até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de 2020;

§3º A programação financeira e o cronograma mensal de desembolso tratados no caput deste artigo deverão ser elaborados de forma a garantir o cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei.

Seção XI

Da Definição de Critérios para Início de Novos Projetos



PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENO BRANDÃO
ESTÂNCIA CLIMÁTICA E HIDROMINERAL
CNPJ: 18.940.098/0001-22

Art. 40. Além da observância das metas e prioridades definidas nos termos do artigo 2º desta Lei, a lei orçamentária de 2020 e seus créditos adicionais, observando o disposto no artigo 45 da Lei Complementar nº 101/2000, somente incluirão projetos novos se:

I – estiverem compatíveis com o Plano Plurianual de 2018-2021 e com as normas desta Lei;

II – as dotações consignadas às obras já iniciadas forem suficientes para o atendimento de seu cronograma físico-financeiro;

III – estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;

IV – os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito.

Parágrafo único. Considera-se projeto em andamento, para os efeitos desta Lei, aquele cuja execução iniciar-se até a data de encaminhamento da proposta orçamentária de 2020, cujo cronograma de execução ultrapasse o término do exercício de 2019.

Seção XII

Da Definição das Despesas Consideradas Irrelevantes

Art. 41. Para fins do disposto no § 3º do artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000, são consideradas despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse os limites previstos nos incisos I e II do artigo 24 da Lei nº 8.666/1993, nos casos, respectivamente, de obras e serviços de engenharia e de outros serviços e compras.

Seção XIII

Do Incentivo à Participação Popular



PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENO BRANDÃO
ESTÂNCIA CLIMÁTICA E HIDROMINERAL
CNPJ: 18.940.098/0001-22

Art. 42. O projeto de lei orçamentária do Município, relativo ao exercício financeiro de 2020, deverá assegurar a transparência na elaboração e execução do orçamento.

Parágrafo único. O princípio da transparência implica, além da observância do princípio constitucional da publicidade, na utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 43. Será assegurada ao cidadão a participação nas audiências públicas para:

I – elaboração da proposta orçamentária de 2020 mediante regular processo de consulta;

II – avaliação das metas fiscais, conforme definido no artigo 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101/2000, ocasião em que o Poder Executivo demonstrará o comportamento das metas previstas nesta Lei.

Seção XIV
Das Disposições Gerais

Art. 44. Fica o Poder Executivo autorizado, mediante ato normativo:

I – remanejar, realocando total ou parcialmente as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2020, em seus créditos adicionais e, ainda, em decorrência de extinção, transformação, incorporação ou desmembramento de Unidades Orçamentárias e Entidades da Administração Direta e Indireta, bem como alterações de suas competências ou atribuições, desde que autorizadas por lei específica;

II – transpor, realocando total ou parcialmente as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2020 e em seus créditos adicionais em decorrência das mudanças de prioridades de gastos durante a execução, no âmbito dos programas de trabalho dentro do mesmo órgão;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENO BRANDÃO
ESTÂNCIA CLIMÁTICA E HIDROMINERAL
CNPJ: 18.940.098/0001-22

III – transferir, realocando total ou parcialmente as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2020 e em seus créditos adicionais, em decorrência das mudanças de prioridades de gastos durante a execução, de uma categoria de programação para outra, dentro do mesmo órgão e do mesmo programa de trabalho.

§1º As categorias de programação, aprovadas na lei orçamentária de 2020 e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas por meio de decreto para atender às necessidades de execução desde que verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução do crédito, criando, quando necessário, novas naturezas de despesa.

Art. 45. A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá de prévia autorização legislativa e da existência de recursos disponíveis para cobrir a despesa, nos termos da Lei nº 4.320/1964 e da Constituição da República.

§1º A lei orçamentária conterà autorização e disporá sobre o limite para a abertura de créditos adicionais suplementares.

§2º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais, exposições de motivos circunstanciados que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas.

Art. 46. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no artigo 167, § 2º da Constituição da República, será efetivada mediante Decreto do Poder Executivo, utilizando-se os recursos previstos no artigo 43 da Lei nº 4.320/1964.

Art. 47. O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações no projeto de lei orçamentária anual, enquanto não iniciada a sua votação, no tocante às partes cuja alteração venha ser proposta.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENO BRANDÃO
ESTÂNCIA CLIMÁTICA E HIDROMINERAL
CNPJ: 18.940.098/0001-22

Art. 48. Se o projeto de lei orçamentária de 2020 não for sancionado pelo Prefeito até 31 de dezembro de 2019, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento das seguintes despesas:

- I – pessoal e encargos sociais;
- II – benefícios previdenciários;
- III – amortização, juros e encargos da dívida;
- IV – PIS-PASEP;
- V – demais despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais do Município; e
- VI – outras despesas correntes de caráter inadiável.

§1º As despesas descritas no inciso VI deste artigo estão limitadas a 1/12 (um doze avos) do total de cada ação prevista no projeto de lei orçamentária de 2020, multiplicado pelo número de meses decorridos até a sanção da respectiva lei.

§2º Na execução de outras despesas correntes de caráter inadiável a que se refere o inciso VI do caput, o ordenador de despesa poderá considerar os valores constantes do projeto de lei orçamentária de 2020 para fins do cumprimento do disposto no artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 49. Em atendimento ao disposto no artigo 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 101/2000, integram a presente Lei os seguintes anexos:

- I – Anexo de Metas Fiscais;
- II – Anexo de Riscos Fiscais;
- III – Anexo de Metas e Prioridades da Administração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENO BRANDÃO
ESTÂNCIA CLIMÁTICA E HIDROMINERAL
CNPJ: 18.940.098/0001-22

Art. 50. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Bueno Brandão, 10 de julho de 2019.

Silvio Antônio Félix

Prefeito Municipal de Bueno Brandão

ANEXO DE METAS FISCAIS

1



MUNICÍPIO DE BUENO BRANDÃO

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS DEMONSTRATIVO 1 - METAS ANUAIS 2020

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

Valores em R\$1,00

ESPECIFICAÇÃO	2020			2021			2022		
	VALOR CORRENTE (a)	VALOR CONSTANTE	% PIB	VALOR CORRENTE (b)	VALOR CONSTANTE	% PIB	VALOR CORRENTE (c)	VALOR CONSTANTE	% PIB
Receita Total	34.900.000,00	33.397.129,19	0,00	29.800.000,00	27.288.752,55	0,00	31.000.000,00	27.165.194,73	0,00
Receitas Primárias (I)	30.707.300,00	29.384.976,08	0,00	29.592.000,00	27.098.280,72	0,00	30.791.000,00	26.982.048,74	0,00
Despesa Total	34.900.000,00	33.397.129,19	0,00	29.800.000,00	27.288.752,55	0,00	31.000.000,00	27.165.194,73	0,00
Despesas Primárias (II)	34.400.000,00	32.918.660,29	0,00	29.400.000,00	26.922.460,57	0,00	30.680.000,00	26.884.779,81	0,00
Resultado Primário (III) = (I - II)	-3.692.700,00	-3.533.684,21	0,00	192.000,00	175.820,15	0,00	111.000,00	97.268,92	0,00
Resultado Nominal	-4.122.094,64	-3.944.588,17	0,00	-1.010.000,00	-924.887,25	0,00	-100.000,00	-87.629,66	0,00
Dívida Pública Consolidada	700.000,00	669.856,46	0,00	600.000,00	549.437,97	0,00	500.000,00	438.148,30	0,00
Dívida Consolidada Líquida	-3.210.000,00	-3.071.770,33	0,00	-4.220.000,00	-3.664.380,39	0,00	-4.320.000,00	-3.785.601,33	0,00
Receitas Primárias advindas do PPP (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias geradas por PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impacto do saldo das PPP (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

* Valor Corrente / PIB x 100

PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) - VALORES PREVISTOS (EM REAIS)		
2020	2021	2022
0,00	0,00	0,00

ÍNDICES DE INFLAÇÃO - VALORES PREVISTOS (EM %)		
2020	2021	2022
4,50	4,50	4,50



MUNICÍPIO DE BUENO BRANDÃO

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO 2 - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

2020

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art . 4º, § 2º, Inciso I)

Valores em R\$1,00

ESPECIFICAÇÃO	METAS PREVISTAS	%	METAS REALIZADAS	%	VARIACÃO	
	EM 2018 - (a)	PIB	EM 2018 - (b)	PIB	(c) = (b - a)	% (c / a) * 100
Receita Total	35.300.000,00	0,00	23.840.722,43	0,00	-11.459.277,57	-32,46
Receitas Primárias (I)	33.234.500,00	0,00	23.271.345,65	0,00	-9.963.154,35	-29,98
Despesa Total	35.303.000,00	0,00	26.073.624,02	0,00	-9.229.375,98	-26,14
Despesas Primárias (II)	34.743.000,00	0,00	25.570.314,53	0,00	-9.172.685,47	-26,40
Resultado Primário (III) = (I - II)	-1.508.500,00	0,00	-2.298.968,88	0,00	-790.468,88	52,40
Resultado Nominal	-551.314,22	0,00	671.516,96	0,00	1.222.831,18	-221,80
Dívida Pública Consolidada	531.093,53	0,00	790.198,22	0,00	259.104,69	48,79
Dívida Consolidada Líquida	-6.743.421,92	0,00	-3.617.387,10	0,00	3.126.034,82	-46,36

PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) - EXERCÍCIO DE 2018 (EM REAIS)	
VALOR PREVISTO	VALOR REALIZADO
0,00	0,00

- Consideramos que as Metas de arrecadação para o exercícios 2016, 2017 e 2018, não foram consideradas satisfatórias devido a frustração de convênios com o Estado e a União que não foram concretizados e também a diminuição nas transferências voluntárias da União, em contrapartida houve redução nas despesas e muita delas simplesmente não puderam ser iniciadas por falta de recursos e também zelando para que não houvesse despesas maiores que as receitas de modo que ocasionasse um desequilíbrio nas contas municipais

- Consideramos também satisfatória as metas com Resultados Primário e Nominal nos exercícios 2016, 2017 e 2018, ocorrendo de acordo com o previsto, não ocasionando resultados diferentes aos esperados e previstos nas LDO dos respectivos exercícios.



MUNICÍPIO DE BUENO BRANDAO

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO 3 - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

2020

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art. 4º, § 2º, Inciso II)

Valores em R\$1,0º

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES						Valores em R\$1,0º			
	2017	2018	%	2019	%	2020	2021	%	2022	%
Receita Total	22.827.400,00	35.300.000,00	54,64	35.700.000,00	1,13	34.900.000,00	29.800.000,00	-14,61	31.000.000,00	4,0
Receitas Primárias (I)	22.337.200,00	33.234.500,00	48,79	32.699.000,00	-1,61	30.707.300,00	29.592.000,00	-3,63	30.791.000,00	4,0
Despesa Total	24.174.400,00	35.303.000,00	46,03	35.700.000,00	1,12	34.900.000,00	29.800.000,00	-14,61	31.000.000,00	4,0
Despesas Primárias (II)	23.164.400,00	34.743.000,00	49,98	34.861.000,00	0,34	34.400.000,00	29.400.000,00	-14,53	30.680.000,00	4,3
Resultado Primário (III) = (I - II)	-827.200,00	-1.508.500,00	82,36	-2.162.000,00	43,32	-3.692.700,00	192.000,00	70,80	111.000,00	-42,1
Resultado Nominal	-415.138,61	-551.314,22	32,80	-588.672,72	6,78	4.122.094,64	-1.010.000,00	-124,50	-100.000,00	90,1
Dívida Pública Consolidada	568.014,47	531.093,53	-6,50	496.572,46	-6,50	700.000,00	600.000,00	-14,29	500.000,00	-16,6
Dívida Consolidada Líquida	-6.192.107,70	-6.743.421,92	8,90	-7.332.094,64	8,73	-3.210.000,00	-4.220.000,00	31,46	-4.320.000,00	2,3

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES						Valores em R\$1,0º			
	2017	2018	%	2019	%	2020	2021	%	2022	%
Receita Total	24.749.181,74	36.888.500,00	49,05	35.700.000,00	-3,22	33.397.129,19	27.288.752,55	-18,29	27.165.194,73	-0,4
Receitas Primárias (I)	24.217.713,02	34.730.052,50	43,41	32.699.000,00	-5,85	29.384.976,08	27.098.280,72	-7,78	26.982.048,74	-0,4
Despesa Total	26.209.582,30	36.891.635,00	40,76	35.700.000,00	-3,23	33.397.129,19	27.288.752,55	-18,29	27.165.194,73	-0,4
Despesas Primárias (II)	25.114.552,93	36.306.435,00	44,56	34.861.000,00	-3,98	32.918.660,29	26.922.460,57	-18,22	26.884.779,81	-0,1
Resultado Primário (III) = (I - II)	-896.839,90	-1.576.382,50	75,77	-2.162.000,00	37,15	-3.533.684,21	175.820,15	104,98	97.268,92	-44,6
Resultado Nominal	-450.088,09	-676.123,36	28,00	-588.672,72	2,18	3.944.588,17	924.887,25	-123,45	-87.629,66	90,5
Dívida Pública Consolidada	615.834,19	554.992,74	-9,88	496.572,46	-10,53	669.856,46	549.437,97	-17,98	438.148,30	-20,2
Dívida Consolidada Líquida	-6.713.405,77	-7.046.875,91	4,97	-7.332.094,64	4,05	-3.071.770,33	-3.864.380,39	25,80	-3.785.601,33	-2,0

	ÍNDICES DE INFLAÇÃO (EM %)			
	2017	2018	2019	2020
3,38	3,75	4,50	4,50	4,50
				4,50
				4,50



MUNICÍPIO DE BUENO BRANDÃO

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO 4 - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

2020

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art . 4º, § 2º, Inciso III)

Valores em R\$1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2018	%	2017	%	2016	%
Patrimônio / Capital	29.416.219,76	90,18	25.535.629,64	93,59	22.857.240,33	92,81
Reservas	3.203.178,17	9,82	1.750.298,20	6,41	1.770.620,59	7,19
Resultado Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	32.619.397,93	100,00	27.285.927,84	100,00	24.627.860,92	100,00

6



MUNICÍPIO DE BUENO BRANDÃO

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO 5 - ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS 2020

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art . 4º, § 2º, Inciso III)

Valores em R\$1,00

RECEITAS REALIZADAS	2018 (a)	2017 (b)	2016 (c)
RECEITAS DE CAPITAL ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	27.551,37	58.376,33	60.483,43
Alienação de bens Móveis	27.551,37	58.376,33	60.483,43
Alienação de bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
DESPESAS EXECUTADAS	2018 (d)	2017 (e)	2016 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	29.839,97	114.591,00	36.537,68
Despesas de Capital	29.839,97	114.591,00	36.537,68
Investimentos	29.839,97	114.591,00	36.537,68
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização/Refinanciamento da Dívida	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes do Regime de Previdência	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO	2018 (g) = (Ia - II d + III b)	2017 (h) = (Ib - II e + III c)	2016 (i) = (Ic - II f)
SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (III)	2.295,27	58.509,94	34.564,19
VALOR (IV) = (I - II + III)	6,67	2.295,27	58.509,94



MUNICÍPIO DE BUENO BRANDAO

RELATÓRIO CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2020

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, §2º, inciso V)

Valores em R\$1,0

TRIBUTOS	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMA/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA		COMPENSAÇÃO
			2020	2021	
IPTU - Imp Prop. Predial Territ Urbana-Principal	Concessão de Isenção em caráter não geral	TRIBUTOS - INCENTIVOS PARA INSTALAÇÕES DE NOVAS EMPRESAS NO MUNICÍPIO DE BUENO BRANDÃO	5.000,00	5.000,00	Isenção de 100% de IPTU para empresas que venham a se estabelecer no Município de Bueno Brandão, com a finalidade de criação de novas empresas, ans municipais.
IPTU - Multas e Juros da Dívida Ativa	Remissão	TRIBUTAÇÃO - Programa para acelerar o recebimento de Dívida Ativa no Município	105.000,00	105.000,00	Redução com despesas na Manutenção das Atividades no Município.
ISSQN - Principal	Concessão de Isenção em caráter não geral	TRIBUTAÇÃO - Incentivo para instalações de novas empresas no Município de Bueno Brandão	5.000,00	5.000,00	Isenção de até 100% do ISSQN para novas empresas que venham a se estabelecer no Município de Bueno Brandão.
ISSQN - Multas e Juros da Dívida Ativa	Anistia	TRIBUTAÇÃO - Isenção de multas e juros sobre o ISSQN - Dívida Ativa	45.000,00	45.000,00	Redução das despesas na Manutenção das Atividades no Município.
Total			160.000,00	160.000,00	



MUNICÍPIO DE BUENO BRANDAO

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO 8 - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, Inciso V)

Valores em R\$1,00

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENO BRANDAO

EVENTOS	Valor Previsto para 2020
SALDO FINAL DO AUMENTO PERMANENTE DE RECEITA (I)	0,00
MARGEM BRUTA (III) = (I + II)	0,00
SALDO UTILIZADO (IV)	0,00
MARGEM LÍQUIDA DE EXPANSÃO DE DOCC (III - IV)	0,00

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE BUENO BRANDAO

EVENTOS	Valor Previsto para 2020
SALDO FINAL DO AUMENTO PERMANENTE DE RECEITA (I)	0,00
MARGEM BRUTA (III) = (I + II)	0,00
SALDO UTILIZADO (IV)	0,00
MARGEM LÍQUIDA DE EXPANSÃO DE DOCC (III - IV)	0,00

1

ANEXO DE RISCOS FISCAIS

1



MUNICÍPIO DE BUENO BRANDAO

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO 9 - RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2020

ARF (LRF, art. 4º, § 3º)

R\$1,0

CAMARA MUNICIPAL DE BUENO BRANDAO

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	0,00		0,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento	0,00		0,00
Avais e Garantias Concedidas	0,00		0,00
Assunção de Passivos	0,00		0,00
Assistências Diversas	0,00		0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00		0,00
SUB-TOTAL	0,00		0,00

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS

Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	0,00		0,00
Restituição de Tributos a Maior	0,00		0,00
Discrepância de Projeções	0,00		0,00
Outros Riscos Fiscais	0,00		0,00
SUB-TOTAL	0,00		0,00
TOTAL	0,00		0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENO BRANDAO

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	0,00		0,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento	0,00		0,00
Avais e Garantias Concedidas	0,00		0,00
Assunção de Passivos	0,00		0,00
Assistências Diversas	0,00		0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00		0,00
SUB-TOTAL	0,00		0,00

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS

Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	0,00		0,00



MUNICÍPIO DE BUENO BRANDAO

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO 9 - RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

2020

Restitucao de Tributos a Maior	0,00	0,0
Discrepancia de Projecoes	0,00	0,0
Outros Riscos Fiscais	0,00	0,0
SUB-TOTAL	0,00	0,0
TOTAL	0,00	0,0

6

**METAS E PRIORIDADES DA
ADMINISTRAÇÃO
MUNICIPAL**





MUNICÍPIO DE BUENO BRANDAO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2020

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENO BRANDAO

PROGRAMA: 0012 PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTAVEL

OBJETIVO: INCENTIVAR E CRIAR ATIVIDADES, PROGRAMAS E ACOES QUE PROPICIEM O DESENVOLVIMENTO RURAL E MANUTENCAO DAS ATIVIDADES RURAIS NO MUNICIPIO.

ACÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
1.251	ASFALTAMENTO ESTRADA MUNHOZ	PAVIMENTACAO/CALC AMENTO	1,00	PAVIMENTAÇÃO ESTRADA MUNHOZ



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2020

OBRAS EM ANDAMENTO E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO

ART. 45 - LEI COMPLEMENTAR 101, DE 04/05/2000

Projeto a Iniciar	Cronograma de Execução	Início	Fim
ASFALTAMENTO EM RUAS E AVENIDAS	- Asfaltamento em diversas ruas e avenidas em Bueno Brandão.	Outubro/2019	Junho/2020
MIRANTE NO SERRINHA	- Construção do Mirante no Bairro Serrinha	Agosto/2019	Maio/2020

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO

6



MUNICÍPIO DE BUENO BRANDAO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2020

ANEXO DE METAS FISCAIS

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO 10 - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

RF. art. 4º, § 2º, Inciso III

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA			PROJETADA			Valores em R\$1,0	
	2017	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%
RECEITAS CORRENTES (I)	20.779.921,47	21.813.626,90	4,97	29.139.000,00	33,58	27.917.000,00	-4,19	29.717.000,00	6,45	30.917.000,00	4,0
Receita Tributária	1.361.850,58	1.772.926,91	30,19	3.095.000,00	74,57	5.043.599,00	62,96	5.226.400,00	3,62	5.426.200,00	3,6
Receita de Impostos	1.150.424,59	1.459.631,64	26,88	2.573.000,00	76,28	5.027.099,00	95,38	5.209.400,00	3,63	5.409.000,00	3,8
Taxas	211.425,99	313.295,27	48,18	526.000,00	67,89	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,0
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	-100,00	4.000,00	-100,00	16.500,00	312,50	17.000,00	3,03	17.200,00	1,1
Deduções do FUNDEB na Receita Tributária	0,00	0,00	-100,00	-8.000,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,0
Contribuições	273.935,05	272.065,77	-0,68	300.000,00	10,27	436.300,00	45,43	459.600,00	5,34	484.500,00	5,4
Contribuições para o Custeio de Serviço de Iluminação Pública	273.935,05	272.065,77	-0,68	300.000,00	10,27	436.300,00	45,43	459.600,00	5,34	484.500,00	5,4
Receitas Patrimoniais	374.314,02	186.660,96	-50,14	216.000,00	15,72	175.700,00	-18,66	191.000,00	8,71	192.000,00	0,5
Receitas Imobiliárias	0,00	128,28	-100,00	4.000,00	3,018,18	3.000,00	-25,00	3.000,00	0,00	3.000,00	0,0
Receitas de Valores Mobiliários	374.314,02	186.522,68	-50,17	212.000,00	13,66	172.700,00	-18,54	188.000,00	8,86	189.000,00	0,5
Juros de Títulos de Renda	0,00	186.522,68	-100,00	212.000,00	13,66	172.700,00	-18,54	188.000,00	8,86	189.000,00	0,5
Dividendos	0,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,0
Remuneração de Depósitos Bancários	374.314,02	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,0
Recicla de Serviços	1.520,00	5.970,68	292,81	22.000,00	268,47	21.000,00	-4,55	23.000,00	9,52	25.000,00	8,7
Transferências Correntes	18.471.278,21	19.559.592,01	5,89	25.442.000,00	30,07	22.227.601,00	-12,63	23.803.000,00	7,09	24.772.300,00	4,0
Transferências Intergovernamentais	21.639.768,80	22.914.489,79	5,89	29.568.000,00	29,04	26.255.921,20	-11,20	28.104.400,00	7,04	29.228.560,00	4,0
Deduções do FUNDEB	-3.168.490,59	-3.354.897,78	5,88	-4.126.000,00	22,98	-4.029.320,20	-2,34	-4.301.400,00	6,75	-4.456.260,00	3,6
Outras Receitas Correntes	287.023,61	16.420,57	-94,47	64.000,00	289,76	12.800,00	-80,00	14.000,00	9,38	17.000,00	21,4
RECEITAS DE CAPITAL (II)	1.055.454,17	2.028.582,53	92,20	6.561.000,00	223,43	6.983.000,00	6,43	83.000,00	-98,81	83.000,00	0,0
Operações de Crédito	268.045,43	355.302,73	32,55	2.700.000,00	659,92	4.000.000,00	48,15	0,00	-100,00	0,00	-100,0
Operações de Crédito Internas	268.045,43	355.302,73	32,55	2.700.000,00	659,92	4.000.000,00	48,15	0,00	-100,00	0,00	-100,0
Alienação de Ativos	0,00	27.551,37	-100,00	89.000,00	223,03	20.000,00	-77,53	20.000,00	0,00	20.000,00	0,0
Alienação de Bens Móveis	0,00	27.551,37	-100,00	89.000,00	223,03	20.000,00	-77,53	20.000,00	0,00	20.000,00	0,0
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,0
Transferências de Capital	787.408,74	1.645.728,43	109,07	3.772.000,00	129,20	2.963.000,00	-21,45	63.000,00	-97,87	63.000,00	0,0
OUTRAS DEDUÇÕES (III)	-138.388,88	-1.487,00	-98,93	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,0
TOTAL (IV) = (I) + (II) - (III)	21.696.986,76	23.840.722,43	9,88	35.700.000,00	49,74	34.900.000,00	-2,24	29.800.000,00	-14,61	31.000.000,00	4,0



MUNICÍPIO DE BUENO BRANDAO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2020

ANEXO DE METAS FISCAIS

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO 10 - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

MEMÓRIA DE CÁLCULO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENO BRANDAO

Receita: IRRF do Trabalho - Principal

DESCRIÇÃO

- Memória de cálculo: essa receita foi projetada levando em consideração a média arrecadada nos 3 (três) últimos exercícios e considerando também inflação estimada para os exercícios de 2020, 2021 e 2022.

Receita: IRRF Outros Rendimentos - Principal

DESCRIÇÃO

- Memória de cálculo: essa receita foi projetada levando em consideração a média arrecadada nos 3 (três) últimos exercícios e considerando também inflação estimada para os exercícios de 2020, 2021 e 2022.

Receita: IPTU - Imp Prop. Predial Terr Urbana-Principal

DESCRIÇÃO

- Memória de cálculo: essa receita foi projetada levando em consideração a média arrecadada nos 3 (três) últimos exercícios e considerando também inflação estimada para os exercícios de 2020, 2021 e 2022.

Receita: IPTU - Multas e Juros

DESCRIÇÃO

- Memória de cálculo: essa receita foi projetada levando em consideração a média arrecadada nos 3 (três) últimos exercícios e considerando também inflação estimada para os exercícios de 2020, 2021 e 2022.

Receita: IPTU - Dívida Ativa

DESCRIÇÃO

- Memória de cálculo: essa receita foi projetada levando em consideração a média arrecadada nos 3 (três) últimos exercícios e considerando também inflação estimada para os exercícios de 2020, 2021 e 2022.

Receita: IPTU - Multas e Juros da Dívida Ativa

DESCRIÇÃO

- Memória de cálculo: essa receita foi projetada levando em consideração a média arrecadada nos 3 (três) últimos exercícios e considerando também inflação estimada para os exercícios de 2020, 2021 e 2022.

Receita: ITBI - Principal

DESCRIÇÃO

- Memória de cálculo: essa receita foi projetada levando em consideração a média arrecadada nos 3 (três) últimos exercícios e considerando também inflação estimada para os exercícios de 2020, 2021 e 2022.



MUNICÍPIO DE BUENO BRANDAO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2020

ANEXO DE METAS FISCAIS

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO 10 - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

Receita: ISSQN - Multas e Juros

DESCRIÇÃO

- Memória de cálculo: essa receita foi projetada levando em consideração a média arrecadada nos 3 (três) últimos exercícios e considerando também inflação estimada para os exercícios de 2020, 2021 e 2022.

Receita: ISSQN - Dívida Ativa

DESCRIÇÃO

- Memória de cálculo: essa receita foi projetada levando em consideração a média arrecadada nos 3 (três) últimos exercícios e considerando também inflação estimada para os exercícios de 2020, 2021 e 2022.

Receita: ISSQN - Multas e Juros da Dívida Ativa

DESCRIÇÃO

- Memória de cálculo: essa receita foi projetada levando em consideração a média arrecadada nos 3 (três) últimos exercícios e considerando também inflação estimada para os exercícios de 2020, 2021 e 2022.

Receita: Cont. Exp. Rede Agua e Esgoto - Multas e Juros

DESCRIÇÃO

- Memória de cálculo: essa receita foi projetada levando em consideração a média arrecadada nos 3 (três) últimos exercícios e considerando também inflação estimada para os exercícios de 2020, 2021 e 2022.

Receita: Cont. Paviment. Obras Complem. - Principal

DESCRIÇÃO

- Memória de cálculo: essa receita foi projetada levando em consideração a média arrecadada nos 3 (três) últimos exercícios e considerando também inflação estimada para os exercícios de 2020, 2021 e 2022.

Receita: Cont. p/ Custeio Serv. Ilumin. Publica - IMOVEIS

DESCRIÇÃO

- Memória de cálculo: essa receita foi projetada levando em consideração a média arrecadada nos 3 (três) últimos exercícios e considerando também inflação estimada para os exercícios de 2020, 2021 e 2022.

Receita: Cont. p/ Custeio Serv. Ilumin. Publica - LOTES VAG

DESCRIÇÃO

- Memória de cálculo: essa receita foi projetada levando em consideração a média arrecadada nos 3 (três) últimos exercícios e considerando também inflação estimada para os exercícios de 2020, 2021 e 2022.

Receita: CONT. CUSTEIO SERV. ILUMIN. PUBLICA-MULTA E JUROS

DESCRIÇÃO

- Memória de cálculo: essa receita foi projetada levando em consideração a média arrecadada nos 3 (três) últimos exercícios e considerando também inflação estimada para os exercícios de 2020, 2021 e 2022.



MUNICÍPIO DE BUENO BRANDAO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2020

ANEXO DE METAS FISCAIS

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO 10 - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

Receita: CONT. CUSTEIO SERV. ILUMIN. PUBLICA-DIVIDA ATIVA

DESCRIÇÃO

- Memória de cálculo: essa receita foi projetada levando em consideração a média arrecadada nos 3 (três) últimos exercícios e considerando também inflação estimada para os exercícios de 2020, 2021 e 2022.

Receita: CONT. CUSTEIO SERV. ILUM. PUBLICA-MULTIJUR D.ATIVA

DESCRIÇÃO

- Memória de cálculo: essa receita foi projetada levando em consideração a média arrecadada nos 3 (três) últimos exercícios e considerando também inflação estimada para os exercícios de 2020, 2021 e 2022.

Receita: Aluguéis e Arrendamentos - Principal

DESCRIÇÃO

- Memória de cálculo: essa receita foi projetada levando em consideração a média arrecadada nos 3 (três) últimos exercícios e considerando também inflação estimada para os exercícios de 2020, 2021 e 2022.

Receita: Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros

DESCRIÇÃO

- Memória de cálculo: essa receita foi projetada levando em consideração a média arrecadada nos 3 (três) últimos exercícios e considerando também inflação estimada para os exercícios de 2020, 2021 e 2022.

Receita: Aluguéis e Arrendamentos - Dívida Ativa

DESCRIÇÃO

- Memória de cálculo: essa receita foi projetada levando em consideração a média arrecadada nos 3 (três) últimos exercícios e considerando também inflação estimada para os exercícios de 2020, 2021 e 2022.

Receita: Remun. Dep. Bancarios Outros Rec. Nao Vinculados

DESCRIÇÃO

- Memória de cálculo: essa receita foi projetada levando em consideração a média arrecadada nos 3 (três) últimos exercícios e considerando também inflação estimada para os exercícios de 2020, 2021 e 2022.

Receita: DR 118 - Rem Dep Bancarios - FUNDEB

DESCRIÇÃO

- Memória de cálculo: essa receita foi projetada levando em consideração a média arrecadada nos 3 (três) últimos exercícios e considerando também inflação estimada para os exercícios de 2020, 2021 e 2022.

Receita: DR 116 - Rem Dep Bancarios - CIDE

DESCRIÇÃO

- Memória de cálculo: essa receita foi projetada levando em consideração a média arrecadada nos 3 (três) últimos exercícios e considerando também inflação estimada para os exercícios de 2020, 2021 e 2022.



MUNICÍPIO DE BUENO BRANDAO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2020

ANEXO DE METAS FISCAIS

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO 10 - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

Receita: Outros Serviços - Principal-TERREPLENAGEM

DESCRIÇÃO

- Memória de cálculo: essa receita foi projetada levando em consideração a média arrecadada nos 3 (três) últimos exercícios e considerando também inflação estimada para os exercícios de 2020, 2021 e 2022.

Receita: Outros Serviços - Principal-CONVENIO COPASA

DESCRIÇÃO

- Memória de cálculo: essa receita foi projetada levando em consideração a média arrecadada nos 3 (três) últimos exercícios e considerando também inflação estimada para os exercícios de 2020, 2021 e 2022.

Receita: Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal

DESCRIÇÃO

- Memória de cálculo: essa receita foi projetada levando em consideração a média arrecadada nos 3 (três) últimos exercícios e considerando também inflação estimada para os exercícios de 2020, 2021 e 2022.

Receita: Cota-Parte do FPM 1% Cota Dezembro - Principal

DESCRIÇÃO

- Memória de cálculo: essa receita foi projetada levando em consideração a média arrecadada nos 3 (três) últimos exercícios e considerando também inflação estimada para os exercícios de 2020, 2021 e 2022.

Receita: Cota-Parte do FPM 1% Cota Julho - Principal

DESCRIÇÃO

- Memória de cálculo: essa receita foi projetada levando em consideração a média arrecadada nos 3 (três) últimos exercícios e considerando também inflação estimada para os exercícios de 2020, 2021 e 2022.

Receita: Cota-Parte do ITR - Principal

DESCRIÇÃO

- Memória de cálculo: essa receita foi projetada levando em consideração a média arrecadada nos 3 (três) últimos exercícios e considerando também inflação estimada para os exercícios de 2020, 2021 e 2022.

Receita: Cota-parte da CFEM - Principal

DESCRIÇÃO

- Memória de cálculo: essa receita foi projetada levando em consideração a média arrecadada nos 3 (três) últimos exercícios e considerando também inflação estimada para os exercícios de 2020, 2021 e 2022.

Receita: Cota-Parte do FEP - Principal

DESCRIÇÃO

- Memória de cálculo: essa receita foi projetada levando em consideração a média arrecadada nos 3 (três) últimos exercícios e considerando também inflação estimada para os exercícios de 2020, 2021 e 2022.



MUNICÍPIO DE BUENO BRANDAO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2020

ANEXO DE METAS FISCAIS

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO 10 - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

Receita: Transferencias do Salario-Eduacao - QESE

DESCRIÇÃO

- Memória de cálculo: essa receita foi projetada levando em consideração a média arrecadada nos 3 (três) últimos exercícios e considerando também inflação estimada para os exercícios de 2020, 2021 e 2022.

Receita: Transf Diretas do FNDE ref ao PDDE - Principal

DESCRIÇÃO

- Memória de cálculo: essa receita foi projetada levando em consideração a média arrecadada nos 3 (três) últimos exercícios e considerando também inflação estimada para os exercícios de 2020, 2021 e 2022.

Receita: Transf Diretas do FNDE ref ao PNATE - PNTE

DESCRIÇÃO

- Memória de cálculo: essa receita foi projetada levando em consideração a média arrecadada nos 3 (três) últimos exercícios e considerando também inflação estimada para os exercícios de 2020, 2021 e 2022.

Receita: Transf Financeira ICMS Desoneracao - Principal

DESCRIÇÃO

- Memória de cálculo: essa receita foi projetada levando em consideração a média arrecadada nos 3 (três) últimos exercícios e considerando também inflação estimada para os exercícios de 2020, 2021 e 2022.

Receita: Cota-Parte do ICMS

DESCRIÇÃO

- Memória de cálculo: essa receita foi projetada levando em consideração a média arrecadada nos 3 (três) últimos exercícios e considerando também inflação estimada para os exercícios de 2020, 2021 e 2022.

Receita: Cota-Parte do IPVA

DESCRIÇÃO

- Memória de cálculo: essa receita foi projetada levando em consideração a média arrecadada nos 3 (três) últimos exercícios e considerando também inflação estimada para os exercícios de 2020, 2021 e 2022.

Receita: Cota-Parte do IPI

DESCRIÇÃO

- Memória de cálculo: essa receita foi projetada levando em consideração a média arrecadada nos 3 (três) últimos exercícios e considerando também inflação estimada para os exercícios de 2020, 2021 e 2022.

Receita: Cota-Parte da CIDE

DESCRIÇÃO

- Memória de cálculo: essa receita foi projetada levando em consideração a média arrecadada nos 3 (três) últimos exercícios e considerando também inflação estimada para os exercícios de 2020, 2021 e 2022.



MUNICÍPIO DE BUENO BRANDAO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2020

ANEXO DE METAS FISCAIS

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO 10 - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

Receita: Transferencias de Recursos do FUNDEB

DESCRIÇÃO

- Memória de cálculo: essa receita foi projetada levando em consideração a média arrecadada nos 3 (três) últimos exercícios e considerando também inflação estimada para os exercícios de 2020, 2021 e 2022.

Receita: Outras Indenizacoes - Principal

DESCRIÇÃO

- Memória de cálculo: essa receita foi projetada levando em consideração a média arrecadada nos 3 (três) últimos exercícios e considerando também inflação estimada para os exercícios de 2020, 2021 e 2022.

Receita: Restituicao de Beneficios Nao Desembolsados

DESCRIÇÃO

- Memória de cálculo: essa receita foi projetada levando em consideração a média arrecadada nos 3 (três) últimos exercícios e considerando também inflação estimada para os exercícios de 2020, 2021 e 2022.

Receita: Outras Op Credito - Mercado Interno-PAVIMENTACAO

DESCRIÇÃO

- Memória de Cálculo para esta receita: previsão de financiamento junto ao BID para asfaltar a estrada que liga Bueno Brandão a Munhoz-MG.

Receita: Outras Op Credito - Mercado Interno-ILUMINACAO PUB

DESCRIÇÃO

- Memória de Cálculo para esta receita: previsão de financiamento junto ao BDMG para trocar a iluminação de ruas e avenidas do Município pelas lâmpadas de LED.

Receita: Alienação de Veiculos

DESCRIÇÃO

- Memória de Cálculo: para essa receita estimamos de acordo com veículos inservíveis que serão leiloados.

Receita: Alienação de Moveis e Utensilios

DESCRIÇÃO

- Memória de Cálculo: para essa receita estimamos de acordo com os móveis e utensílios inservíveis que serão leiloados.

Receita: Alienação de Equipamentos

DESCRIÇÃO

- Memória de Cálculo: para essa receita estimamos de acordo com equipamentos diversos inservíveis que serão leiloados.



MUNICÍPIO DE BUENO BRANDAO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2020

ANEXO DE METAS FISCAIS

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO 10 - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

Receita: Alienação de Outros Bens Móveis

DESCRIÇÃO

- Memória de Cálculo: para essa receita estimamos de acordo com outros bens móveis inservíveis que serão leiloados.

Receita: Transf. Conv. Uniao dest. Prog. Educ. - VEICULOS

DESCRIÇÃO

- Memória de Cálculo: calculado conforme expectativa de convênio com a União para aquisição de veículos para programas da Educação.

Receita: Transf. Convênio Uniao - AQUIS. CAMINHÃO BASCULANT

DESCRIÇÃO

- Memória de Cálculo: calculado conforme expectativa de convênio com a União para aquisição de CAMINHÕES E MAQUINÁRIOS para o Município.

Receita: Transf. Convênio Uniao - TERRAPLENAGEM EST. VICINA

DESCRIÇÃO

- Memória de Cálculo: calculado conforme expectativa de convênio com a União para asfaltamento da estrada que liga Bueno Brandão a Munhoz-MG.

Receita: Transf. Convênio Uniao - REVIT. ESTR.BB a SOCORRO

DESCRIÇÃO

- Memória de Cálculo: calculado conforme expectativa de convênio com a União para asfaltamento de ruas e avenidas no município.

Receita: Outras Transf. Uniao - CONST. PORTAL EST. SOCORRO

DESCRIÇÃO

- Memória de Cálculo: Projetado conforme expectativa de convênio com a União para construção do Portal Estrada de Socorro.

Receita: Outras Transf. Uniao - QUADRA

DESCRIÇÃO

- Memória de Cálculo: calculado conforme expectativa de convênio com a União para complementação na construção da Quadra Poliesportiva.

Receita: Outras Transferências da Uniao - MIRANTE-CONSTRUCA

DESCRIÇÃO

- Memória de Cálculo: Projetado conforme expectativa de convênio com a União para construção do Mirante.



MUNICÍPIO DE BUENO BRANDAO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2020

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO 11 - TOTAL DAS DESPESAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRP, art. 4º, § 2º, Inciso III

ESPECIFICAÇÃO	2017		2018		2019		2020		2021		2022		Valores em R\$1,0º	
		%		%		%		%		%		%		%
DESPESAS CORRENTES (I)	18.614.204,81	19,79	22.298.434,58	17,23	26.139.722,95	17,23	25.163.000,00	-3,74	26.235.000,00	4,26	27.710.000,00	5,6	27.710.000,00	5,6
Pessoal e Encargos Sociais	10.134.111,98	16,76	11.832.905,05	19,43	14.132.367,72	19,43	15.346.000,00	8,59	16.394.000,00	6,83	17.128.000,00	4,4	17.128.000,00	4,4
Juros e Encargos da Dívida	155.596,45	-20,91	123.068,13	28,74	281.500,00	128,74	200.000,00	-28,95	150.000,00	-25,00	120.000,00	-20,0	120.000,00	-20,0
Outras Despesas Correntes	8.324.496,38	24,24	10.342.461,40	13,38	11.725.855,23	13,38	9.617.000,00	-17,98	9.691.000,00	0,77	10.462.000,00	7,9	10.462.000,00	7,9
DESPESAS DE CAPITAL (II)	3.358.136,32	12,42	3.775.189,44	145,82	9.280.277,05	145,82	9.437.000,00	1,69	3.265.000,00	-65,40	2.890.000,00	-11,4	2.890.000,00	-11,4
Investimentos	3.008.563,32	12,84	3.394.948,08	156,93	8.722.777,05	156,93	9.137.000,00	4,75	3.015.000,00	-67,00	2.690.000,00	-10,7	2.690.000,00	-10,7
Inversões Financeiras	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	0,00	-100,00	0,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00
Amortização de Dívida	349.573,00	8,77	380.241,36	46,62	557.500,00	46,62	300.000,00	-46,19	250.000,00	-16,67	200.000,00	-20,0	200.000,00	-20,0
RESERVAS (III)	0,00	-100,00	0,00	-100,00	280.000,00	-100,00	300.000,00	7,14	300.000,00	0,00	400.000,00	33,3	400.000,00	33,3
Reserva de Contingência	0,00	-100,00	0,00	-100,00	280.000,00	-100,00	300.000,00	7,14	300.000,00	0,00	400.000,00	33,3	400.000,00	33,3
Reserva Orçamentária do RPPS	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	0,00	-100,00	0,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00
DESPESA TOTAL	21.972.341,13	18,67	26.073.624,02	36,92	35.700.000,00	36,92	34.900.000,00	-2,24	29.800.000,00	-14,61	31.000.000,00	4,0	31.000.000,00	4,0

MEMÓRIA DE CÁLCULO DA DESPESA

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENO BRANDAO

Descrição: Despesas com Juros e Encargos

DESCRIÇÃO

- A memória de cálculo utilizada para as despesas com juros e encargos foi a média realizada nos 3 (tres) últimos exercícios, projetadas ainda considerando os empréstimos pleiteados pelo Executivo junto ao BDMG.



MUNICÍPIO DE BUENO BRANDAO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2020
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO
CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO 11 - TOTAL DAS DESPESAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

Descrição: Despesas com Amortização de Dívida

DESCRIÇÃO

- A memória de cálculo utilizada para as despesas com amortização de dívida foi considerada os contratos vigentes em que estão previstos as referentes amortizações. Foi considerado também os empréstimos que estão sendo pleiteados pelo Executivo.

Descrição: Pessoal e Encargos Sociais

DESCRIÇÃO

- A memória de cálculo utilizada para as despesas com pessoal e encargos sociais foi tomada por base a média das despesas com folha de pagamento dos 3 últimos exercícios. Foi considerado também reajuste do salário pelo INPC e também foi considerado o crescimento vegetativo da folha de pagamento.

Descrição: Outras Despesas Correntes

DESCRIÇÃO

- A memória de cálculo utilizada para outras despesas correntes foram a média das despesas realizadas nos 3 (tres) últimos exercícios e foi considerado também uma inflação média de 4,5% a.a.

Descrição: Investimentos

DESCRIÇÃO

- A memória de cálculo das despesas com investimentos foram calculadas tomando por base a necessidade de investimentos no município e também os investimentos pleiteados através de convênios junto aos governos Federal e Estadual.

Descrição: Inversões Financeiras

DESCRIÇÃO

- Nihil



MUNICÍPIO DE BUENO BRANDAO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2020
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO
CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO
DEMONSTRATIVO 11 - TOTAL DAS DESPESAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

Descrição: Reservas de Contingência

DESCRIÇÃO
- A Reserva de Contingencia será utilizada conforme legislação vigente, será utilizado para cobertura de catástrofes e outras calamidades que poderão acontecer. Caso nada disso ocorra este valor será utilizado no final do exercício para suplementar folha de pagamento se houver necessidade.

Descrição: Reserva Orçamentária do RPPS

DESCRIÇÃO
- Nihil.

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE BUENO BRANDAO

Descrição: Despesas com Juros e Encargos

DESCRIÇÃO
Nihil.

Descrição: Despesas com Amortização de Dívida

DESCRIÇÃO
Nihil.

Descrição: Pessoal e Encargos Sociais

DESCRIÇÃO
Projctou-se as despesas levando em consideração despesas realizadas em exercicios anteriores e previsão da inflação anual para exercicios subsequentes e o crescimento vegetativo das gastos com folha de pagamento.

Descrição: Outras Despesas Correntes

DESCRIÇÃO
Projctou-se as despesas levando em consideração despesas realizadas em exercicios anteriores.



MUNICÍPIO DE BUENO BRANDAO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2020
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO
CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO
DEMONSTRATIVO 11 - TOTAL DAS DESPESAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

Descrição: Investimentos

DESCRIÇÃO
Projetou-se as despesas levando em consideração despesas realizadas em exercícios anteriores e a necessidade do Legislativo em fazer novos investimentos para conservação do patrimônio.

Descrição: Inversões Financeiras

DESCRIÇÃO
Nihil

Descrição: Reservas de Contingência

DESCRIÇÃO
Nihil.

Descrição: Reserva Orçamentária do RPPS

DESCRIÇÃO
Nihil.

6



MUNICÍPIO DE BUENO BRANDÃO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2020

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO 12 - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LEI, art. 4º, § 2º, Inciso II

ESPECIFICAÇÃO	2017	2018	2019	2020	2021	2022
RECEITAS CORRENTES (I)						
Receita Tributária	20.641.532,59	21.812.139,90	29.139.000,00	27.917.000,00	29.717.000,00	30.917.000,00
Receita de Contribuição	1.361.850,58	1.771.439,91	3.095.000,00	5.043.599,00	5.226.400,00	5.426.200,00
Receita Patrimonial	273.935,05	272.065,77	300.000,00	436.300,00	459.600,00	484.500,00
Aplicações Financeiras (II)	374.314,02	186.650,96	216.000,00	175.700,00	191.000,00	192.000,00
Outras Receitas Patrimoniais	374.314,02	186.522,68	212.000,00	172.700,00	188.000,00	189.000,00
Transferências Correntes	0,00	128,28	4.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00
Demais Receitas Correntes	18.471.278,21	19.559.592,01	25.442.000,00	22.227.501,00	23.803.000,00	24.772.300,00
Receitas Fiscais Correntes (III) = (I - II)	160.154,73	22.391,25	86.000,00	33.800,00	37.000,00	42.000,00
RECEITAS DE CAPITAL (IV)						
Operações de Crédito (V)	20.267.218,57	21.625.617,22	28.927.000,00	27.744.300,00	29.529.000,00	30.728.000,00
Alienação de Ativos (VII)	1.055.454,17	2.028.582,53	6.561.000,00	6.983.000,00	83.000,00	83.000,00
Transferência de Capital	268.045,43	355.302,73	2.700.000,00	4.000.000,00	0,00	0,00
Receitas Fiscais de Capital (VIII) = (IV - V - VI)	0,00	27.551,37	89.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00
RECEITAS NÃO FINANCEIRAS (IX) = (III + VIII)	787.408,74	1.645.728,43	3.772.000,00	2.963.000,00	63.000,00	63.000,00
	787.408,74	1.645.728,43	3.772.000,00	2.963.000,00	63.000,00	63.000,00
	21.054.627,31	23.271.345,65	32.699.000,00	30.707.300,00	29.592.000,00	30.791.000,00



MUNICÍPIO DE BUENO BRANDÃO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2020
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO
CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO
DEMONSTRATIVO 12 - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º, § 2º, Inciso II

ESPECIFICAÇÃO	Valores em R\$1,0				
	2017	2018	2019	2020	2021
DESPESAS CORRENTES (X)	18.614.204,81	22.298.434,58	26.139.722,95	25.163.000,00	26.235.000,00
Pessoal e Encargos Sociais	10.134.111,98	11.832.905,05	14.132.367,72	15.346.000,00	16.394.000,00
Juros e Encargos da Dívida (XI)	155.596,45	123.068,13	281.500,00	200.000,00	150.000,00
Outras Despesas Correntes	8.324.496,38	10.342.461,40	11.725.855,23	9.617.000,00	9.691.000,00
Despesas Fiscais Correntes (XII) = (X - XI)	18.458.608,36	22.175.366,45	25.858.222,95	24.963.000,00	26.085.000,00
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	3.358.136,32	3.775.189,44	9.280.277,05	9.437.000,00	3.265.000,00
Investimentos	3.008.563,32	3.394.948,08	8.722.777,05	9.137.000,00	3.015.000,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	349.573,00	380.241,36	557.500,00	300.000,00	250.000,00
Despesas Fiscais de Capital (XV) = (XIII - XIV)	3.008.563,32	3.394.948,08	8.722.777,05	9.137.000,00	3.015.000,00
RESERVAS (XVI)	0,00	0,00	280.000,00	300.000,00	300.000,00
Reserva Orçamentária do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência	0,00	0,00	280.000,00	300.000,00	300.000,00
DESPESAS NÃO FINANCEIRAS (XVII) = (XII + XV + XVI)	21.467.171,68	25.570.314,53	34.861.000,00	34.400.000,00	29.400.000,00
RESULTADO PRIMÁRIO (IX - XVII)	-412.544,37	-2.298.968,88	-2.162.000,00	-3.692.700,00	192.000,00



MUNICÍPIO DE BUENO BRANDAO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2020
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO
CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO
DEMONSTRATIVO 12 - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO
MEMÓRIA DE CÁLCULO DO RESULTADO PRIMÁRIO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENO BRANDAO
Descrição: Memória de Cálculo do Resultado Primário

DESCRIÇÃO

- Os dados relativos a receitas e despesas foram extraídos das metas fiscais estabelecidas para as mesmas, conforme demonstrado anteriormente.
- O cálculo da Meta do Resultado Primário obedeceu à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias expedidas pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional, relativas às normas da contabilidade pública

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE BUENO BRANDAO
Descrição: Memória de Cálculo do Resultado Primário

DESCRIÇÃO



MUNICÍPIO DE BUENO BRANDÃO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2020

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO 13 - RESULTADO NOMINAL E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º, § 2º, Inciso III

ESPECIFICAÇÃO	2017	2018	2019	2020	2021	2022
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)						
DEDUÇÕES (II)	848.594,36	790.198,22	496.572,46	700.000,00	600.000,00	500.000,00
Ativo Disponível	5.137.498,42	4.407.585,32	7.828.667,10	3.910.000,00	4.820.000,00	4.820.000,00
Haveres Financeiros	5.341.803,65	4.698.882,20	7.900.000,00	4.000.000,00	5.000.000,00	5.000.000,00
(-) Restos a Pagar Processados	58.928,00	36.947,37	76.800,15	60.000,00	70.000,00	70.000,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	263.233,23	328.244,25	148.133,05	150.000,00	250.000,00	250.000,00
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	-4.288.904,06	-3.617.387,10	-7.332.094,64	-3.210.000,00	-4.220.000,00	-4.320.000,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III + IV - V)	-4.288.904,06	-3.617.387,10	-7.332.094,64	-3.210.000,00	-4.220.000,00	-4.320.000,00
RESULTADO NOMINAL	2.487,66	671.516,96	-3.714.707,54	4.122.094,64	-1.010.000,00	-100.000,00

6



MUNICIPIO DE BUENO BRANDAO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2020
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO
CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO
DEMONSTRATIVO 13 - RESULTADO NOMINAL E MEMÓRIA DE CÁLCULO
MEMÓRIA DE CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENO BRANDAO
Descrição: Memória de Cálculo do Resultado Nominal

DESCRIÇÃO

- O cálculo das metas anuais relativas ao Resultado Nominal foi efetuado em conformidade com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, normatizadas pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional.

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE BUENO BRANDAO
Descrição: Memória de Cálculo do Resultado Nominal

DESCRIÇÃO



MUNICÍPIO DE BUENO BRANDAO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2020
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO
CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO
DEMONSTRATIVO 14 - MONTANTE DA DÍVIDA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º, § 2º, Inciso III

ESPECIFICAÇÃO	2017	2018	2019	2020	2021	2022
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	848.594,36	790.198,22	496.572,46	700.000,00	600.000,00	500.000,00
DEDUÇÕES (II)	5.137.498,42	4.407.585,32	7.828.667,10	3.910.000,00	4.820.000,00	4.820.000,00
Ativo Disponível	5.341.803,65	4.698.882,20	7.900.000,00	4.000.000,00	5.000.000,00	5.000.000,00
Haveres Financeiros	58.928,00	36.947,37	76.800,15	60.000,00	70.000,00	70.000,00
(-) Restos a Pagar Processados	263.233,23	328.244,25	148.133,05	150.000,00	250.000,00	250.000,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-4.288.904,06	-3.617.387,10	-7.332.094,64	-3.210.000,00	-4.220.000,00	-4.320.000,00

MEMÓRIA DE CÁLCULO DO MONTANTE DA DÍVIDA

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENO BRANDAO
Descrição: Dívida Consolidada

DESCRIÇÃO

- A Dívida Consolidada do município em data de 31/12/2018 é de R\$ 790.198,22. Que são todos os saldos devedores de empréstimos junto ao BDMG e está em conformidade com o relatório enviado pelo Banco.

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE BUENO BRANDAO
Descrição: Dívida Consolidada

DESCRIÇÃO



MUNICÍPIO DE BUENO BRANDÃO

Índice Geral

Relatório	Página
Mensagem da LDO	3
Projeto de Lei da LDO	6
Anexo - Demonstrativo das Metas Anuais	20
Demonstrativo 2 - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior	21
Demonstrativo 3 - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores	22
Demonstrativo 4 - Evolução do Patrimônio Líquido	23
Demonstrativo 5 - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos	24
Demonstrativo 7 - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita	25
Demonstrativo 8 - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado	26
Demonstrativo 9 - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências	28
Demonstrativo das Metas e Prioridades da Administração	31
Demonstrativo de Obras	32
Demonstrativo 10 - Total das Receitas e Memória de Cálculo	34
Demonstrativo 11 - Total das Despesas e Memória de Cálculo	42
Demonstrativo 12 - Resultado Primário e Memória de Cálculo	46
Demonstrativo 13 - Resultado Nominal e Memória de Cálculo	49
Demonstrativo 14 - Montante da Dívida e Memória de Cálculo	51